

Os limites para empréstimos no fim do ano

A expansão de crédito permitida pelo Banco Central nos últimos três meses variará de 16,5% a 22,2%, o que dará um aumento, no ano, inferior à inflação prevista.

Os limites de 50 a 70% fixados para o crescimento dos empréstimos normais dos bancos comerciais este ano foram mantidos pelo Banco Central, que confirmou, ontem, que os limites para os três últimos meses do ano permanecerão mesmo entre 16,5 e 22,2%.

De acordo com a Carta Circular 803, do BC, as aplicações dos médios e grandes bancos poderão crescer 16,5% no último trimestre, de forma a chegar ao teto anual de 50%, enquanto os pequenos bancos, que operam com carteira de câmbio, poderão expandir 20,4% seus empréstimos no período, para atingir o teto anual de 60%. Já os pequenos e médios bancos, que não operam com carteira de câmbio, poderão elevar 22,2% seus empréstimos no período, para que possam atingir o limite anual de 70%.

A Carta Circular determina ainda que os bancos comerciais deverão encaminhar ao Departamento de Operações Bancárias do BC, até dia 15 próximo, seus esquemas de escalonamento de empréstimos, "definidos mês a mês, de maneira a assegurar nos meses do próximo trimestre uma distribuição equilibrada de suas aplicações".

Reações ao pacote

Embora a carta circular do BC demonstre que, pelo menos oficialmente, não haverá restrições além do volume de empréstimos normais previstos para este ano, as reações ao aumento do recolhimento compulsório dos bancos continuaram ontem no País. No Rio, por exemplo, o presidente em exercício da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Fernando Costa de Almeida, enviou telex ao ministro Ernane Galvães, da Fazenda, sugerindo que o governo atenda reivindicação anterior da entidade, com a canalização, pelo Banco Central, de parte dos recursos do aumento do recolhimento compulsório dos bancos comerciais e de investimentos às micro, pequenas e médias empresas. Almeida afirma que "tal providência permitiria a manutenção dos atuais níveis de atividade e de emprego, além de possibilitar o pagamento do 13º salário na época própria".

Juros e crédito
Ainda no Rio, o presidente da Associação dos Diretores de Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento (Adecif), Germano Brito Lyra, opinou que o aumento do compulsório não elevará as taxas de juros das instituições financeiras, mas provocará um maior aperto na concessão de crédito.

Após afirmar que essa previsão também se aplica às financeiras, disse que ela se justifica pelo fato de as autoridades adotarem medidas de maior controle monetário para "esterilizar o dinheiro do sistema" e impedir o crescimento mais elevado das emissões de papel-moeda.

Dessa forma, segundo Brito Lyra, que também é diretor do Banco Nacional e da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), será eliminado o fator de grande efeito inflacionário — as emissões — que ocorre no último trimestre do ano. Acrescentou que esse controle permitirá a fixação de menores índices "para a correção monetária, "que, na minha opinião, não deverá ser superior a 6% no mês de novembro, e que hoje é o verdadeiro marketing do sistema financeiro, pois funciona como indicador de preços, câmbio e taxas de juros".

Outro fator apontado pelo presidente da Adecif, que comprova a impossibilidade de um repentino aumento das taxas de juros, é o elevado estoque de dinheiro no sistema financeiro. Segundo explicou, "hoje está sobrando dinheiro, porque as operações financeiras estão paradas em função de todo mundo continuar esperando o que fazer a nível de formação de taxas de juros".

Acerto no crédito

Quanto à futura disponibilidade de crédito, informou que a tendência será para maior aperto, na medida em que o crédito de setevidade aumentar junto aos tomadores. Explicou que esse efeito se agravará, principalmente junto às grandes empresas comerciais e industriais que, para reduzir possíveis impactos negativos, "terão de partir para acertos nos prazos dos seus compromissos, aumentando ou diminuindo, prática que segundo sei vem sendo aplicada desde que o Dutra era escoteiro".

Na área específica das financeiras, o presidente da Adecif dis-

se que as restrições operacionais determinadas pelo governo, impedindo as instituições do setor de operarem com empresas, se alinharam no interesse de reduzir a capacidade de emprestar, tanto assim, que as agentes do Sistema Financeiro da Habitação também foram atingidas pelos mesmos motivos. "Mas, no caso das financeiras, entendemos que as pessoas jurídicas também merecem e precisam dos nossos créditos".

Pessimismo no Sul

Em Porto Alegre, o presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Sérgio Schapke, disse que dificilmente será possível a retomada do crescimento econômico no País, se persistirem ou se agravarem as dificuldades de crédito e seus custos elevadíssimos. A recuperação que sempre ocorre no segundo semestre pode não ocorrer "no atual quadro".

A escassez de recursos, segundo ele, está sendo agravada pelo "nívelamento da base monetária e dos meios de pagamento em índices significativamente inferiores aos da inflação".

Críticas do PMDB

Em Belo Horizonte, o candidato ao governo de Minas Gerais, pelo PMDB, Tancredo Neves, fez severas críticas à condução da política econômica, afirmando que o governo perdeu o controle das finanças e levou o País "a uma inversão de valores em que a política vale mais que o trabalho, o juro vale mais do que o salário, e em que mais vale ficar na vadição e ociosidade gozando a remuneração do dinheiro do que se empreender uma iniciativa empresarial".

E os dólares?

As restrições à compra de dólares, que receberam ontem o apoio do banqueiro Amador Aguiar, do Bradesco, continuaram ontem provocando confusões e reclamações das agências de turismo, que estão sofrendo uma "queda brutal, principalmente nas excursões e vôos charter", segundo a Turismo Miller, uma das principais agências de São Paulo. De acordo com a agência, os passageiros, com as medidas, devem pagar pelo menos Cr\$ 100 mil a mais para viajar, além de perderem dinheiro e ficarem inseguros no Exterior, com, respectivamente, a troca de dólares e o recebimento das ordens de pagamento.